



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 10, número 2, maio-ago. 2021

EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIAS NOS CONTOS “MURIBECA” E “MOÇA DE FAMÍLIA”, DE MARCELINO FREIRE



SOCIAL EXCLUSION AND VIOLENCE IN THE SHORT STORIES “MURIBECA” AND “MOÇA DE FAMÍLIA”, BY MARCELINO FREIRE

Vanessa Marlene MENDES
UninCor, Brasil

Cilene Margarete PEREIRA
Unifal-MG, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 09/02/2021 • APROVADO EM 10/06/2021
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i2.3178>

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão acerca de temas como exclusão, marginalidade e violência são tratados na obra do escritor pernambucano Marcelino Freire, particularmente em dois contos do livro *Angu de sangue*, de 2000. Os temas aqui elencados são importantes e urgentes de serem discutidos e organizam alguns dos eixos principais de textos de autores brasileiros atuais, nos quais se destaca Freire, preocupado com a problematização dos espaços citadinos, localização privilegiada dessa literatura, e com o tema da violência. Para essa discussão, de cunho bibliográfico-analítico, são elencados os contos “Muribeca” e

“Moça de família”, publicados no livro citado, e autores como Pelegrini (2005, 2014), Ginzburg (2010, 2012, 2013) e Bourdieu (2014).



Abstract

This study proposes a reflection on the way themes such as exclusion, marginality and violence are treated in the works of the writer Marcelino Freire, especially in the two short stories from the book *Angu de sangue*, from 2000. The themes hereby cited are important and crucial for being debated and they organize some of the main axes of texts by present Brazilian writers, from which we highlight Freire, worried with the problematic of city spaces, privileged location of this literature, and with violence as a theme. For this discussion, of analytical bibliographic nature, we have listed two short stories, “Muribeca” and “Moça de família”, both published in the previously mentioned book, as well as writers such as Pelegrini (2005, 2014), Ginzburg (2010, 2012, 2013) e Bourdieu (2014).

Entradas para indexação

Palavras-chave: Violência; Exclusão; Marginalidade; Contos; Marcelino Freire.

Keywords: Violence; Exclusion; Marginality; Short stories; Marcelino Freire.

Texto integral

[...] eu não escrevo “sobre” violência. Escrevo “sob” violência. Dizem sempre que meus contos são violentos, meus personagens são todos doentes. Doentes estamos todos, ou não? O nosso tempo é doente, violentamente. Eu sou um escritor deste meu tempo, do aqui e do agora. Quem quiser “felicidade”, “conforto”, não vá ler os meus livros. Vá atrás de autores de autoajuda. E mais: dizem idem que eu só escrevo sobre gente mal-sucedida. Eu respondo: eu não estou preocupado com gente bem sucedida. Meus livros não são empresariais. Eu faço é literatura, entende? (FREIRE apud PELLEGRINI, 2014, p. 14-15).

Introdução

Pelegrini (2005) observa a tradição da representação da violência em nossa literatura, apontando que, apesar de bastante explorado em textos literários da atualidade, o tema faz parte de nossa formação como país, sendo este “constitutivo da cultura brasileira”:

[...] a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... (PELEGRINI, 2005, p. 134).

Dessa forma, percebe-se uma espécie de cultura da violência enraizada em nosso processo histórico, que se fez por meio de um processo contínuo de colonização, modulando nosso comportamento/espírito como nação. Ginzburg (2013) aponta, nesse sentido, que muitas vezes essa violência é dotada de “argumentos” nada fáceis de explicar, pois se mata “com argumentos como estabelecer fronteiras, ocupar terras, converter, determinar o que é certo, obter condições para salvar a humanidade, conseguir escravos, erguer monumentos ou reunir riquezas [...]” (GINZBURG, 2013, p. 9).

O evento protagonista desse contexto violento em nossa história recente foi certamente o período ditatorial brasileiro (1964-1985), transformando a literatura, muitas vezes, em uma forma de manifesto denunciatório. Para Pelegrini,

Não há como negar que a violência assume o papel de protagonista destacada da ficção brasileira urbana a partir dos anos 60 do século XX, principalmente durante a ditadura militar, com a introdução do país no circuito do capitalismo avançado. A industrialização crescente desses anos vai – em última instância – dar força à ficção centrada na vida dos grandes centros, que incham e se deterioram, daí a ênfase em todos os problemas sociais e existenciais decorrentes, entre eles a violência ascendente. (PELEGRINI, 2005, p. 137).

Nesse período, ocorre o que Candido definiu como “realismo feroz”, uma tendência literária ligada às condições do momento histórico, explicitando a violência urbana, os comportamentos de guerra, a criminalidade, a imigração e a marginalidade econômica e social (Cf. CANDIDO, 1989, p. 211), promovendo um “ultrarrealismo sem preconceitos”, que se caracterizaria, tendo como paradigma a obra de Rubem Fonseca, “pela descrição da violência entre bandidos, delinquentes, policiais corruptos, mendigos, prostitutas, todos habitantes do ‘baixo mundo’” (PELEGRINI, 2005, p. 137)

Considerando este contexto, Ginzburg revela que alguns aspectos de nossa história social, “a política conservadora, a cultura patriarcal, o autoritarismo de Estado, a repressão continuada, a defesa de ideologias voltadas para o machismo, o racismo, a pureza étnica, a heteronormatividade, a desigualdade econômica, entre outros” (GINZBURG, 2012, p. 201), marcaram o processo formativo de nossa literatura contemporânea, que se abre, sobretudo nas últimas décadas, a tópicos relativos à exclusão social de grupos minoritários. Trata-se de um processo em curso de democratização de vozes, colocando-se ao lado daqueles que foram/são silenciados ao longo de nosso processo histórico, manifestando a expressão de sujeitos marginalizados e violentados diariamente pelo sistema. Resende observa, a esse respeito, a emergência de novas vozes narrativas:

A maior novidade [...] está seguramente na constatação de que novas vozes surgem a partir de espaços que até recentemente estavam afastados do universo literário. Usando seu próprio discurso, vem hoje, da periferia das grandes cidades, forte expressão artística que, tendo iniciado seu percurso pela música, chega agora à literatura. (RESENDE, 2008, p. 17).

A ensaísta também aponta a tópica da violência como uma das características da literatura brasileira recente:

[...] em torno da questão da violência aparecem a urgência da presentificação e a dominância do trágico, em angústia recorrente, com a inserção do autor contemporâneo na grande cidade, na metrópole imersa numa realidade temporal de trocas tão globais quanto barbaramente desiguais. [...] A cidade – real ou imaginária – torna-se, então, o *locus* de conflitos absolutamente privados, mas que são também os conflitos públicos que invadem a vida e o comportamento individuais, ameaçam o presente e afastam o futuro, que passa a parecer impossível. (RESENDE, 2008, p. 33).

Narrativas que tematizam a violência, utilizando de uma linguagem crua, bruta e realista, ajudam a despertar o leitor para uma atitude crítica a respeito da realidade à sua volta, a “pensar também sobre a relação entre literatura e ética.” (STACKE, 2014, p. 36). Isso porque a violência, de tão comum em nosso cotidiano e exposta de maneira espetacularizada nas mídias, pode ser banalizada. A esse respeito, Ginzburg observa que

[...] Somos um país em que o autoritarismo é fortemente constitutivo das bases da formação social. Naturalizamos por essa razão tudo o que deveria nos deixar perplexos – violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de convivência social, permanente estado de expectativa incerta quanto ao futuro, ausência de condições de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza, várias formas, algumas amenas e outras trágicas, de barbárie [...]. (GINZBURG, 2010, p. 111).

Assim, para os autores contemporâneos que exploram o tema, o grande desafio é tratar de “casos reais e ficcionais que envolvem ou problematizam a violência” com a necessária “reflexão para que esse problema social não se torne um fato natural a ponto de ser incrementada em nossa cultura” (STACKE, 2014, p. 29).

Das violências em “Muribeca” e “Moça de família”

Considerando o contexto acima descrito, propomos, neste artigo, uma reflexão sobre como os temas da exclusão, da marginalidade e da violência são tratados na obra do escritor pernambucano Marcelino Freire, um dos autores que se destacam na problematização do temário da violência em nossa literatura atual, elegendo como objeto de análise os contos “Muribeca” e “Moça de família”, do livro *Angu de sangue*, lançado em 2000.

O livro é formado por dezessete contos que exploram a violência por meio de perspectivas de grupos minoritários, nos quais Freire compõe um painel reflexivo sobre as desigualdades e exclusões sociais, que modulam o temário da violência, construindo personagens que “desvendam vozes que ‘são restos’, são minorias,

segundo o próprio Marcelino Freire” (STACKE, 2014, p. 47), visibilizando os invisíveis sociais. Seus contos apontam, portanto, para um processo de invisibilidade pública e social de seus personagens, entendida esta como o “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens”, expressa na “humilhação social” e na “reificação” (COSTA, 2004, p. 64), “um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres” (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 22).

Para Leal, o título do livro, *Angu de sangue*,

[...] já traduz a violência de que trata a coletânea, uma vez que a palavra *angu* está contida na palavra *sangue*, junção que remete a uma espécie de comida feita a partir de misturas, o *angu*, que em contato com a cidade grande torna-se *sangue*; ou a um estado de intensa confusão. Esta violência tem dupla origem: o caos da existência urbana, em que se movimentam as personagens; e a dificuldade de adaptação que estas mesmas personagens encontram nas grandes cidades. (LEAL, 2012, p. 165, grifos da autora).

O título do conto “Muribeca” faz referência ao nome do maior lixão de Pernambuco, que começou a funcionar em 1985, recebendo todos os tipos de resíduos, até mesmo lixo hospitalar, advindo das cidades de Recife, Jabotão e Moreno. O aterro funcionou como fonte de sustento de inúmeras famílias de catadores e acabou por ser desativado definitivamente em agosto de 2009.

O conto “Muribeca” retrata o contexto social de uma família que vive e mora em um lixão: “É a vida da gente o lixão” (FREIRE, 2005, p. 23). A família passa por um momento de medo e angústia com a hipótese de ter que se retirar deste local, devido ao seu fechamento: “E por que é que agora querem tirar ele da gente?” (FREIRE, 2005, p. 23). Ao mesmo tempo em que o lixão é sobrevivência, é também o espaço de moradia das famílias: “Onde a gente vai morar? Aqueles barracos, tudo ali em volta do lixão, quem é que vai levantar?” (FREIRE, 2005, p. 24). O conto é construído através do relato da narradora que se dá, sobretudo, por meio de questionamentos dirigidos a um interlocutor, que se ausenta textualmente: “Essas dúvidas, porém, não são partilhadas com o interlocutor como pedido de ajuda ou solidariedade; o que se nota desde o início é um tom de indignação” (WALTY, 2013, p. 18).

Para a protagonista do conto, o fechamento do lixão é coisa do governo, que “devia pensar três vezes antes de fazer isso com chefe de família.” (FREIRE, 2005, p. 24). Do ponto de vista da narradora, a retirada do lixão significa a perda não só da subsistência, mas da própria moradia, visto não acreditar mais nas promessas do governo: “Esse negócio de prometer casa que a gente não pode pagar é balela, é conversa pra boi morto.” (FREIRE, 2005, p. 24).

A vivência no lixão, para essa família, se resume em tudo o que eles têm de valor e de mais precioso: “Lixo? Lixo serve pra tudo.” (FREIRE, 2005, p. 23). O lixão remete à felicidade dos filhos, “Você precisa ver. Isso tudo aqui é uma festa. Os meninos, as meninas naquele alvoroço.” (FREIRE, 2005, p. 24), e representa o ofício do marido da narradora: “E meu marido, o que vai fazer? Nada? Como ele vai viver sem as garrafas, sem as latas, sem as caixas? Vai perambular pela rua, roubar pra

comer?” (FREIRE, 2005, p. 23). A fala da narradora leva a uma reflexão sobre o modo de vida dessas pessoas e das que se encontram alijadas da esfera do trabalho formal. O fechamento do lixão equivale, assim, a um aumento na situação de uma marginalidade da família, que poderia ter de flertar com o crime como estratégia de sobrevivência. Oliven aponta que figuras marginalizadas, como os moradores do lixão de Muribeca, correspondem “à mão-de-obra não integrada ao processo de produção capitalista”, resvalando na “famosa distinção entre ‘classes trabalhadoras’ e ‘classes perigosas’” (OLIVEN, 1983, p. 17). O ser marginalizado, por estar distante das relações formais de trabalho, mas inserido de maneira enviesada na sociedade capitalista, pode encarar a violência “como uma estratégia de sobrevivência num contexto onde as desigualdades sociais são gritantes” (OLIVEN, 1983, p. 23).

A violência não se daria, no entanto, para obtenção de objetos de consumo supérfluos do modo de vida capitalista, mas para o usufruto de bens primários e fundamentais para a sobrevivência, como a alimentação: “E o que eu vou cozinhar agora? Onde vou procurar tomate, alho, cebola? Com que dinheiro vou fazer sopa, vou fazer caldo, vou inventar farofa?” (FREIRE, 2005, p. 23). A fala da personagem representa sua preocupação com a manutenção da família, demonstrando que ali ela encontra tudo o que é necessário para sua sobrevivência e dos seus, garantindo que o “melhor” pode proporcionar: “Que dia na vida a gente vai conseguir carne tão barata?” (FREIRE, 2005, p. 25).

Estes fragmentos sinalizam [...] uma grande crítica social ao sistema de governo que não permite o desenvolvimento social, que contribui para a marginalidade e a exclusão, e que de certa forma, busca ser conveniente para situações que os beneficiam diretamente, o que podemos associar com a ideia de degradação da ética. (STACKE, 2014, p. 58).

Ao mesmo tempo, para expor a situação de exclusão dos moradores do lixão, o conto faz referência ao consumo excessivo e descartável, ao serem citados pela protagonista os objetos que se encontram no lixão: “É coisa muito boa, desperdiçada. Tanto povo que compra o que não gasta – roupa nova, véu, grinalda.” (FREIRE, 2005, p. 25). A fala da personagem reforça que as pessoas compram com exagero, por influência da mídia e do meio social, como se isso funcionasse como um preenchimento do eu e/ou para revelarem seu poder econômico, distinguindo-se das demais consumidoras: “A gente encontra mobília da casa, cadeira pra pôr uns pregos e ajeitar, sentar. Lixo pra poder ter sofá, costurado, cama, colchão. Até televisão.” (FREIRE, 2005, p. 23).

A família da narradora faz parte de um grupo marginalizado, que vive um contexto social repleto de preconceitos e violência, essa condição imposta “sinaliza ausência de voz e silêncio de grupos de marginalizados e o uso do poder por parte de pessoas melhores sucedidas ou de até mesmo entidades, como no caso da polícia.” (STACKE, 2014, p. 57).

O que para muitos representa miséria, para a personagem é riqueza, é motivo de alegria e meio de sobrevivência. Os “restos” depositados no lixão significam, para a família da protagonista, a própria existência: “A gente não quer outra coisa senão esse lixão pra viver. Esse lixão para morrer, ser enterrado.” (FREIRE, 2005, p. 25). Para Walty, “o lixo metaforiza a ordem social que valoriza a mercadoria em

detrimento do ser humano, quando, ironicamente, a narradora reclama da remoção do lixão, espaço de sobrevivência de um segmento dessa mesma sociedade” (WALTY, 2013, p. 17). O lixão simboliza, pois, um lugar positivo, do ponto de vista da integridade física: ele é sustento e casa. Assim, o lixão se torna não só lugar de morada e de sustento, mas também o derradeiro, uma espécie de paraíso prometido: “Eles nunca vão conseguir tirar a gente deste paraíso” (FREIRE, 2005, p. 25).

No conto, há o que Ginzburg identifica como uma “negatividade constitutiva do sujeito” (GINZBURG, 2012, p. 203), visto que a personagem narra uma vida de carências de direitos, uma realidade limitada, compreendida, no entanto, como uma existência normal e plena (diante da ausência de condições de se refletir sobre o próprio estado de carência):

Na literatura é constante encontrar personagens que têm necessidades, carências, sofrimentos, e não encontram as palavras adequadas para formular o que precisam. Como se entre pensamento e linguagem ocorressem descontinuidades, abismos. Em pontos tensos podem surgir silêncios, omissões, indeterminações. O sujeito não pode falar tudo, nem ser entendido sempre, no entanto deve achar condições para expressar suas demandas. (GINZBURG, 2010, p. 108).

Excluída socialmente, inclusive “do letramento uma consciência plena de sua própria situação de excluídos sociais” (GINZBURG, 2010, p. 111), a narradora não tem como exercer a voz reivindicatória. Pessoas, como a personagem de “Muribeca”, “não sabem como dizer o que falta a eles. E se soubessem, não temos como definir com clareza a quem se dirigiriam e o que conseguiriam” (GINZBURG, 2010, p. 111).

O conto trata, pois, de uma violência estrutural, que faz com que a narradora e sua família (e tantos outros moradores do lixão) sejam reféns das condições sociais que precarizam sua sobrevivência, uma vez que “a violência estrutural é um *processo* que causa diferenças nas chances de vida das pessoas sem que necessariamente exista uma intenção violenta e agressor bem definidos” (CONTI, 2016, p. 5). Assim, a violência, no conto, diz respeito à exclusão social, um tipo de violência menos visível, que já está institucionalizada, associada ao capitalismo, promovendo “vários campos de desumanização e hostilidade, como a generalização da miséria, exploração de crianças e a imposição da fome” (GINZBURG, 2013, p. 10). Tal violência se origina do “processo de exploração do homem pelo homem” formatado pelo sistema capitalista, que “requer diversos tipos de manifestações violentas para manter seu poder, sua hegemonia e, mesmo em meio a suas contradições, certa possibilidade de crescimento”, aponta Raggio (1992, p. 30-31).

Tal perspectiva se insere, portanto, na violação de direitos humanos básicos promovida pelo próprio Estado, visto que suas ações/decisões (ou a falta delas) refletem diretamente em questões sociais. Para Viera e Dupree, o modo como se estrutura a sociedade leva a um processo cruel de desumanização de pessoas marginalizadas, consideradas inferiores e não detentoras de direitos (VIERA; DUPREE, 2004, p. 55). Há, por extensão, uma “demonização” de grupos e setores sociais que lutam contra a opressão, para os quais resta a violência da exclusão social.

A força e a quantidade das populações excluídas – quer busquem igualdade religiosa ou de raça, tentem obter bens, como terra, emprego e serviços de saúde; ou quer se comportem de maneira anti-social (sic) – são uma ameaça direta aos elementos da sociedade mais prósperos e mais bem-colocados, e aos interesses destes em manter ou expandir seus privilégios. Desse modo, a luta dos excluídos emerge como um problema a ser eliminado. A violência é frequentemente o instrumento utilizado para tratar os que contestam a injustiça. (VIEIRA; DUPREE, 2004, p. 56).

No conto, temos a representação de seres invisibilizados em nossa sociedade, remetendo o leitor a uma reflexão sobre a situação de desamparo legal de grupos minoritários, em situação de extrema vulnerabilidade. Sodré aponta que uma das características básicas das minorias é justamente a “vulnerabilidade jurídico-social”, visto que um “grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras de ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado ‘vulnerável’, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas.” (SODRÉ, 2005, p. 13). O conceito de vulnerabilidade se associa, portanto, à ideia de imobilidade social, na medida em que não se permite a mudança de uma condição social, como vemos no conto “Muribeca” a partir do relato da moradora do lixão.

O conto “Moça de família” sugere, por seu título, uma reflexão sobre o que seria a representação do termo “moça de família”, entendido no senso comum como uma mulher digna do ponto de vista da estrutura familiar. Nesse caso, haveria, aí, uma oposição subentendida, pois se há “moças de família”, há, também, as que não são, marcando dois modos de representação do feminino. O conto tematiza, portanto, essa construção dual da mulher, originária das expectativas masculinas.

No início do conto, surge a seguinte afirmação do narrador da história, irmão da moça: “Ela é puta, pai, puta, puta, puta.” (FREIRE, 2005, p. 35). A palavra puta, usada para depreciar o feminino, infla a fala do narrador, sendo remetida quatro vezes em uma frase composta por sete palavras. Tal atitude denuncia o clima acusatório e raivoso contra a irmã e o “[...] corpo que ela mostra pra vender” (FREIRE, 2005, p. 35). Uma das marcas dos contos de Freire, que se destaca tanto em “Muribeca” quanto em “Moça de família”, é o que Pelegrini definiu como “realismo linguístico”, dado pela oralidade de seus textos:

Esse “realismo linguístico”, que inclui o uso acentuado de rimas de todos os tipos, salpicadas no relato como a conferir ironicamente um toque poético contrastivo à matéria brutal, é a marca registrada de Marcelino Freire [...]. Todavia, é preciso dizer, esses recursos propiciam ao leitor, interessado no “retrato da realidade brasileira” e perplexo com sua brutalidade, a oportunidade de desviar a atenção para o discurso, minimizando assim a contundência da matéria que o enforma [...]. (PELEGRINI, 2014, p. 13-14).

Esse clima acusatório e depreciativo ao feminino é ressaltado no conto sempre pelo ponto de vista do irmão da moça, masculino, portanto, num discurso fragmentário que aconselha como corretivo desde o uso da violência até a orientação à religião:

[...] Fique ligado, pai, o que será do filho dela quando crescer? Perdoa, mãe, mas dá uma surra nela pr'ela se arrepender, recomenda igreja, véu, ela não entra no céu, rastejará, o perfume por lá, invade e incensa, aquela santa inocência, pai, não tem quem diga, bonita como a senhora, mãe, puxou à senhora, pela saia, pecado a gente se sujeita, mas não teima, ela vai se corrigir, a gente espera, nessa luz, daqui a pouco ela aparecer. (FREIRE, 2005, p. 35).

Na perspectiva do narrador, a violência deve ser empregada como forma de levar Mariazinha ao arrependimento, para que ela siga uma vida “correta”, guiada pela religião. A violência aparece como “*legitimadora* ou *justificadora* de uma violência”, seja ela física, psicológica, etc., e que está “embutida na própria linguagem” (CONTI, 2016, s/p, grifos do autor), que deprecia o feminino, justamente porque não compactua com as expectativas masculinas. Januário explica que essa representação feita pelo narrador tem relação clara com a criação de lugares sociais para o masculino e para o feminino, deixando para a “mulher o espaço do lar e a tarefa do criar os filhos. Em contraponto o homem era possuidor do espaço público e detinha o controle da família” (JANUÁRIO, 2016, p. 87).

Essa divisão de espaços ocorre em nossa sociedade na divisão do trabalho, dos lugares públicos e privados, delimitando espaços para a mulher e para o homem, causando “condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos”, lembra Bourdieu (2014, p. 34). É imposto para as mulheres, assim, lugares de pouca visibilidade, assim como a casa, lugar restrito e privado, inscrito em afazeres domésticos e no cuidado com a família. Para Bourdieu, é

Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cerco invisível* (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo — enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. (BOURDIEU, 2014, p. 39, grifos do autor).

De acordo com Moreira, “o espaço das prostitutas nas narrativas (nem sempre um reconhecível prostíbulo) se identifica com o ‘mundo demoníaco’” (MOREIRA, 2007, p. 240), revelando outro modelo feminino, diferente do representado pela mulher submissa, dona de casa e boa mãe, ao qual o narrador não pode, a partir de um discurso repressivo da sexualidade feminina, ceder: “ela vem cortando caminho feito uma piranha, veja como dança, se desmancha, olha ela, pai, a perna, sorrindo como se fosse festa, como se fosse de verdade a felicidade dela” (FREIRE, 2005, p. 37).

A figura da prostituta, ao romper com esse paradigma feminino normativo, é motivo de vergonha e tristeza para a família, “nessa luz, pra cidade ver, deixando o pai e a mãe sofrer” (FREIRE, 2005, p. 36), expondo a todos os membros da família, numa espécie de contágio social depreciativo. Não por acaso, o narrador se vale de qualificações negativas para a composição da irmã, apelando, mais uma vez, para princípios religiosos: “pai, ela é sem-vergonha, ela não presta, dá um desgosto deste tamanho a troco de quê, mãe? Por que, pai, por quê? Homem não merece, Deus tá de lá vendo, observando.” (FREIRE, 2005, p. 37).

O discurso do narrador apela para direitos trabalhistas, com o fim único de exercer a opressão sobre a irmã e disciplinar o seu corpo, objeto de seu trabalho; afinal, haveria outras formas de se “ganhar a vida com educação”:



[...] quem imaginaria, esse **trabalho sem garantia**, nada a ver com recepção de hotel, mete os quartos pelos quartos, aquela agonia, como se isso aqui fosse um céu, a salvação, **como se não houvesse outra maneira de fazer o pão, ganhar a vida com educação**. Não, mãe, não. Esse não é jeito de viver, não. Mas eu garanto. Hoje a gente prende o pensamento dela com muita conversa, reza e juízo, pai, a gente faz o que for preciso. (FREIRE, 2005, p. 36, grifos nossos).

Chama a atenção, no discurso do irmão, que o grande disciplinador do (corpo) feminino seja a religião (“céu, a salvação”, “reza e juízo”), que determina lugares sociais e comportamentos específicos para as mulheres: “Ela vindo, mãe, rebolando. Deus há de recolher Mariazinha dessa rua e há de pagar a ela, pai, há de pagar a ela, moeda por moeda, com o nosso mesmo sofrimento.” (FREIRE, 2005, p. 37). Isso porque a religião se constrói por meio de um conjunto de normas e padrões sociais, que possuem o intuito “de promover mudanças no modo pelo qual os indivíduos valoram e dão sentido aos desejos, condutas, sentimentos, sensações e aspirações”, explica Januário (2016, p. 82).

Bourdieu afirma que

[...] a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito, que literalmente exclui que as mulheres possam escolher dedicar-se à prostituição como a um trabalho. (BOURDIEU, 2014, p. 26).

Isso reforça o pensamento machista do qual o narrador é representante, que entende o corpo da mulher como algo a ser ofertado de forma gratuita, muitas vezes vítima de violência sexual, uma vez que “os rapazes tendem a ‘compartimentar’ a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo.” (BOURDIEU, 2014, p. 30), sendo, pois, uma forma de dominação do gênero feminino. A concepção de dominação observada por Bourdieu corrobora as reflexões de Saffioti, quando esta afirma

Quer quando o homem desfruta de uma posição de poder no mundo do trabalho em relação à mulher, quer quando ocupa a posição de marido, namorado, cabe-lhe, segundo a ideologia dominante, a função de caçador. Deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto. (SAFFIOTI, 1992, p. 18).

O homem sempre se encontra no papel de dominação, enquanto a mulher, por sua vez, deve assumir função passiva, na concepção patriarcal do mundo, representado o “desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.” (BOURDIEU, 2014, p. 31). No conto, a expressão do discurso masculino é, sim, uma violência à independência e ao corpo feminino, que não está adequado à ordem social, tendo de ser, pois, segundo acredita o narrador, punido e condicionado a um processo regulatório de adestramento e disciplinarização, pensados a partir da posição de comando do masculino, exercido dentro da lógica patriarcal, sistema de dominação que coloca o homem como centro do poder decisório.

Considerações finais

A forma brutalista de expor a violência, por meio da literatura, deixou frutos na contemporaneidade, em obras que narram a marginalidade social, a violência e a exclusão. Contos como “Muribeca” e “Moça de família”, presentes em *Angu de sangue*, obra do pernambucano Marcelino Freire, conseguem trazer para a literatura o “retrato da realidade brasileira” (PELLEGRINI, 2014, p. 13), proporcionando ao leitor a capacidade de sair de sua “zona de conforto”, “sacudido de sua passividade, abalado em suas certezas e chamado a um posicionamento, quando não político, pelo menos solidário” (PELLEGRINI, 2014, p. 19) com as personagens que protagonizam as histórias.

Nos contos, vemos a capacidade de Marcelino Freire de representar a voz de pessoas que se encontram marginalizadas, discriminadas e violentadas pela sociedade, fazendo com que a literatura se torne meio de expressão e de visibilidade de situações de violência e opressão.

No caso de “Muribeca”, a voz narrativa é dada a uma moradora de um lixão, revelando a revolta da mulher diante da perda de seu meio de sobrevivência e moradia, visto o descaso governamental na oferta de direitos básicos e fundamentais. A violência aí não é materializada por meio da força bruta ou por atos físicos, mas justamente pela não ação do poder público, que se omite diante da população residente no lixão de Muribeca. Trata-se, pois, de uma violência estruturante, que alicerça e moldura mecanismos de exclusão de instituições públicas, eximindo-as de prover bens fundamentais à dignidade humana.

No conto “Moça de família”, a violência que perpassa o conto é também de ordem estrutural, na medida em que se fundamenta na opressão do feminino e na centralidade do discurso do homem, que julga e pune a transgressão da mulher. Ao mesmo tempo, trata-se de uma violência do tipo cultural, que se legitima por meio da linguagem depreciativa do narrador para caracterizar a irmã e sua profissão, ao mesmo tempo em que estereotipa o feminino ao lançar mão da expressão “moça de família”, definidora de certa ordem disciplinadora do corpo feminino.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CONTI, Thomas. Os conceitos de violência direta, estrutural e cultural. *Blog Thomas Conti*, São Paulo, 31 de maio, 2016. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>. Acesso em 11 mai. 2020.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

FREIRE, Marcelino. *Angu de sangue*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: EDUSP, 2010.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura contemporânea. *Tintas*. Quaderni li letterature iberiche e ibero-americana, Milão, 2, 2012, p. 199-221. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/viewFile/2790/2999>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2013.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública. In: COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004. p. 9-47.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Masculinidade: historicidade, pluralidade e construção. In: JANUÁRIO, Soraya Barreto. *Masculinidades em (re)construção: gênero, corpo e publicidade*. Covilhã: LabCom; IFP, 2016.

LEAL, Luciana Brandão. Vozes estilhaçadas: representações urbanas no conto “Volte outro dia”, de Marcelino Freire. *Revista Alpha*, Patos de Minas, v. 13, p. 163-171, 2012.

MOREIRA, Ariágda dos Santos. O espaço da prostituta na literatura brasileira do século XX. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 12, p. 237-250, 2007. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/viewFile/190/142>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEN, Ruben George. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. In: OLIVEN, Ruben George (Org.). *Violência e cultura no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 13-19.

OLIVEN, Ruben George. As vítimas de violência no Brasil. In: OLIVEN, Ruben George (Org.). *Violência e cultura no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 20-28.

PELEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 21, 2005, p. 132-153. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-pelegrini.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PELEGRINI, Tânia. A outra volta do parafuso: Marcelino Freire. *Brasiliiana - Journal for Brazilian Studies*, Londres, v. 3, n. 1, p. 4-30, 2014. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/index.php/bras/article/view/16720/15482>. Acesso em: 10 jun. 2021.



RAGGIO, Victor. Concepção materialista da história, psicanálise e violência. In: AMORETTI, Rogério (org.). *Psicanálise e violência*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p. 26-35.

RESENDE, Beatriz. *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da palavra; Biblioteca Nacional, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. 6. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1992.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel. *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-15.

STACKE, Ana Alice Pires da Silva. *Violência, estética e ética: uma leitura de contos de Marcelino Freire e Marçal Aquino*. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2014. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-75.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Cinco mulheres: vozes em ricochete. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 41, p. 17-31, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n41/02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIEIRA, Oscar Vilhena; DUPREE, A. Scott. Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos. *Su – Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, n. 1. p. 48-69, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v1n1/a04v1n1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Para citar este artigo

MENDES, Vanessa Marlene; PEREIRA, Cilene Margarete. Exclusão social e violências nos contos “Muribeca” e “Moça de família”, de Marcelino Freire. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 2, p. 854-866, maio-ago. 2021.

As autoras

Vanessa Marlene Mendes - Pedagoga (UNIS); graduanda em Psicologia (UNINCOR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4834-7065>.

Cilene Margarete Pereira - Doutora em Teoria e História Literária (UNICAMP), pós-doutorado em História Social (UNICAMP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9794-0303>.